

Governo tenta capitalizar os juros

O Governo vai tentar concretizar a nível econômico e financeiro as vitórias políticas conseguidas na discussão da dívida externa com os credores e as instituições financeiras internacionais, procurando, de imediato, a capitalização de US\$ 10,2 bilhões dos juros a serem pagos daqui até 1989. Para negociar isto ficaram em Washington o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, e o assessor da Fazenda para Assuntos da Dívida, Fernão Bracher.

A informação foi prestada pelo ministro Bresser Pereira, da Fazenda, na audiência de ontem com o presidente José Sarney, a quem relatou, com detalhes, os resultados das discussões mantidas nos Estados Unidos com banqueiros, dirigentes de instituições financeiras e autoridades de governo.

Bresser já havia conversado com o Presidente sobre o assunto quinta-feira, quando, recém-chegado dos Estados Unidos, incorporou-se à comitiva presidencial

que foi a São Paulo. Ontem, entretanto, pormenorizou questões que tiveram de ser abordadas rapidamente, durante o voo de São Paulo a Brasília.

Otimismo

Dos diversos aspectos abordados pelo ministro da Fazenda, e que deixaram o Presidente otimista com a postura brasileira, Bresser citou as vitórias no campo político, representadas, especialmente, no fato de que houve reconhecimento de uma corresponsabilidade entre credores e devedores em relação ao montante da dívida, e a tese do crescimento econômico, absorvida, praticamente, por todos os segmentos, inclusive dirigentes do Fundo Monetário Internacional.

O problema, continuou o Ministro, será consolidar na prática essas conquistas no campo político. Disse ele que o Brasil tem uma "chave para a negociação" que é o prazo de 26 de outubro, quando os bancos fecham seus balanços, e, se não houver um acordo com o

Brasil, terão de contabilizar os juros como prejuízo, o que resulta numa redução dos lucros, das bonificações e dividendos.

Trunfo

Tanto os credores quanto o Brasil estão preocupados com essa questão. Os negociadores brasileiros vão tentar se utilizar deste trunfo para conseguir o refinanciamento de US\$ 10,2 bilhões de juros a serem pagos nos próximos três anos, inclusive 1987. Os juros devidos nesse período seriam capitalizados para incorporação no total da dívida.

Essa é uma das propostas em vias de ser acolhida pelos credores, e que, se concretizada, poderá ser interpretada como um gesto de boa vontade dos bancos, podendo até abrir a possibilidade de um pagamento simbólico, ou um entendimento junto ao Fundo Monetário Internacional. O Governo brasileiro não se recusa a ir ao Fundo, desde que as condições e exigências se apresentem mais flexíveis.